

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.429 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2001

CONGRESSO FAZ ACORDO E APROVA O ORÇAMENTO

Retirada da previsão de receita com contribuição de servidores inativos e garantia de refinanciamento da dívida de pequenos agricultores são alguns dos pontos dos entendimentos que asseguraram a votação da proposta



Antes da votação, realizada já na madrugada de hoje (foto acima), o presidente do Congresso, Ramez Tebet, recebeu líderes partidários e o presidente da Câmara, Aécio Neves

Acordo entre o governo e a oposição garantiu a aprovação do projeto do Orçamento da União para 2002. A decisão do Congresso Nacional, adotada nas primeiras horas de hoje, foi o ponto final de negociações iniciadas ontem. Os parlamentares oposicionistas apresentaram uma pauta de cinco pontos, dos quais quatro foram aceitos. Entre estes estão a garantia da renegociação da dívida dos pequenos agricultores e a exclusão da receita com a contribuição dos servidores inativos. O governo não concordou com o aumento do salário mínimo para R\$ 210, uma das reivindicações dos oposicionistas.

PÁGINAS 2 E 3

ORÇAMENTO

Acordo garante aprovação final em Plenário

O Congresso Nacional aprovou, no início da madrugada de hoje, o Orçamento da União para 2002, após negociações intensas em busca de acordo entre a base governista e a oposição. A sessão do Congresso foi adiada seguidas vezes ao longo do dia de ontem, à espera do acordo, como também da definição, pela Comissão Mista de Orçamento, dos créditos suplementares a serem acolhidos. A receita total nos orçamentos fiscal e de seguridade social é de R\$ 650,4 bilhões. Destes, R\$ 220,4 bilhões são referentes ao refinanciamento da dívida pública.

Durante a negociação, a oposição apresentou proposta com cinco pontos para serem discutidos entre as lideranças: a retirada, do texto, da previsão de receita com a taxa-ção dos inativos pela Previdência Social; a mudança de rubrica da compra de computadores com recursos do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicação (Fust), de custeio para investimento, propiciando maior rigor no processo de aquisição; o refinanciamento da dívida de R\$ 4,5 bilhões de 1 milhão de pequenos agricultores; o reajuste do salário mínimo para R\$ 210; e a busca de uma solução para a defasagem salarial dos servidores públicos.

Para selar o acordo que garantiu a votação do Orçamento, o governo acolheu parte das propostas da oposição. O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Ne-

ves, anunciou já à noite, após reunião com o presidente do Senado, Ramez Tebet, e com lideranças partidárias, que o governo decidira aceitar as reivindicações, excetuando-se o aumento do salário mínimo, mantido em R\$ 200.

As lideranças do governo informaram que, atendendo ao pedido da oposição, será editada medida provisória favorecendo a renegociação da dívida dos pequenos agricultores contraída junto a fundos constitucionais. A contribuição dos inativos – R\$ 1,4 bilhão – foi retirada das fontes de receita do Orçamento. Também será criada comissão especial para analisar a defasagem salarial dos servidores. Quanto à licitação para a compra de computadores, as verbas constarão como investimento, e não como custeio.

O presidente da Câmara elogiou a postura de Ramez Tebet como presidente do Congresso e exaltou a participação do Poder Legislativo na discussão do Orçamento da União.

SANÇÃO

O texto do Orçamento aprovado na madrugada de hoje é o substitutivo apresentado pelo relator-geral, deputado Sampaio Dória, e será enviado à sanção presidencial.

Depois da votação do Orçamento, foram aprovados projetos de lei destinando créditos suplementares a diversos órgãos federais.



Reuniões da Comissão Mista de Orçamento estenderam-se pela madrugada e durante o dia de ontem

Votação de parecer só terminou na madrugada de quinta

Antes de ser aprovado em Plenário, o projeto orçamentário foi analisado pela Comissão Mista de Orçamento durante reunião que só terminou após as cinco horas da madrugada de ontem. Foram votados os 2.331 destaques ao relatório final do Orçamento de autoria do deputado Sampaio Dória (PSDB-SP).

Votadas as emendas, o novo texto, já impresso, foi distribuído aos parlamentares da comissão antes de a matéria ir ao Plenário, o que só ocorreu mediante acordo entre as lideranças.

Durante a madrugada, um dos destaques mais polêmicos examinados pela Comissão de Orçamento, que possibilitaria a elevação do salário mínimo para R\$ 220 a partir de abril, foi derrotado pelos parlamentares. Prevaleceu a proposta do governo, já prevista no texto do relator do Orçamento de 2002, de fixar o salário mínimo em R\$ 200 em abril do próximo ano.

Na tarde de ontem, o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA), disse que o presidente da Câmara havia concor-

dado com a proposta da oposição de criar uma comissão para analisar mais detalhadamente o remanejamento de recursos e os destaques aprovados ao parecer do relator do Orçamento. "Queremos discutir a fundo a metodologia de avaliação e votação do Orçamento", observou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que estava satisfeito com os créditos aprovados na comissão para Fortaleza, a capital do seu estado, no valor de R\$ 60 milhões, destinados inclusive a obras do metrô.

Comissão passa o dia reunida, mas obstrução dificulta análise de créditos

Após a aprovação, na madrugada de ontem, dos destaques ao relatório geral do deputado Sampaio Dória para o Orçamento de 2002, a Comissão Mista de Orçamento prosseguiu, durante toda a tarde e parte da noite, discutindo créditos suplementares de cerca de R\$ 5 bilhões.

Porém o PFL da Bahia obstruiu os trabalhos da comissão, diante da

rejeição da emenda que destinava R\$ 40 milhões às obras do aeroporto internacional Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) ameaçou, por diversas vezes, impedir a votação do Orçamento, caso não fossem aprovados os recursos suplementares para o projeto. Ocorre que o Tribunal de Contas da

União verificou irregularidades nas obras, envolvendo R\$ 30 milhões. O senador Paulo Souto (PFL-BA) e o deputado Aleluia afirmaram, contudo, que o problema já estava sanado, desde que a construtora OAS, responsável pelas obras, apresentara carta de crédito no mesmo valor, em garantia para a União, até que tudo fosse apurado. Com isso, os

parlamentares baianos consideravam que não havia motivos para deixar as obras inacabadas.

À noite, por volta das 21h, a reunião da comissão foi encerrada, depois que o PFL pediu verificação de quórum. Assim, foram aprovados só dois créditos suplementares, no valor total de R\$ 103.498.956. O primeiro crédito aprovado refere-se à

liberação de R\$ 24.180.816 em favor da Companhia Docas e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). O outro crédito suplementar foi para os Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Integração Nacional.

Somente os dois créditos aprovados seguiram para votação no Plenário do Congresso.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ORÇAMENTO

Juvêncio protesta contra tratamento do Executivo a emendas individuais

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) protestou ontem contra o tratamento que o Poder Executivo dispensa às emendas individuais dos parlamentares e às dificuldades que senadores e deputados costumam enfrentar para liberar os recursos, mesmo após a aprovação dessas emendas pela Comissão Mista de Orçamento:

– Não há explicação para o governo deixar o exame das emendas individuais para os últimos 15 dias do ano legislativo. Além do mais, não se pode alegar falta de recursos, pelo menos neste ano, quando obtivemos um superávit primário de mais de US\$ 40 bilhões – afirmou.

De acordo com o senador, é a impropriedade dos prazos estabelecidos para as emendas individuais que provoca, todos os anos, o corre-corre de vereadores, prefeitos, deputados e senadores aos mi-



Juvêncio da Fonseca ressaltou as dificuldades para conseguir liberação de verbas

nistérios, numa batalha estressante.

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e José Alencar (PL-MG) se solidarizaram com Juvêncio. O primeiro considerou que a discussão sobre as emendas individuais é uma questão “tão mesquinha” que não merecia ser discutida no Senado.

Já o senador José Alencar afirmou que o principal problema do Orçamento é que, em lugar de autorizativo, ele deveria ser impositivo: “Trata-se de uma peça de ficção”, afirmou ele, que lembrou ser autor de projeto sobre o assunto, no qual defende a obrigatoriedade do cumprimento do Orçamento, como fator de equilíbrio da economia e da

própria sociedade.

No entanto, apesar de Juvêncio da Fonseca admitir que se sente “humilhado” com a peregrinação que é obrigado a fazer na busca desses recursos, ele observou que isso é necessário.

– Infelizmente, não podemos nos dedicar apenas a fazer a his-

tória do nosso país, como sugeriu o senador Francelino, porque a realidade dos nossos municípios nos exige objetivos menos nobres – ressaltou ele.

Nas grandes obras realizadas pelos governos do estado ou pela União, a participação do senador desaparece, avalia Juvêncio. São as emendas individuais que nos dão visibilidade, além de, em muitos municípios pobres, como os da minha região, verbas de R\$ 50 ou R\$ 100 mil reais permitirem a construção de ginásios de esporte, pontes, estradas e outros benefícios importantes para aquelas comunidades.

Juvêncio congratulou-se com Ramez Tebet pelo seu “trabalho maravilhoso” como presidente do Congresso Nacional. Ele acrescentou que o povo mato-grossense se sente honrado com o desempenho de Tebet.



Freitas Neto pôs em relevo a repercussão de projetos aprovados na vida dos brasileiros

Freitas exalta a atuação do Congresso

Ao fazer uma avaliação das atividades do Congresso, e em especial do Senado, ao fim desta sessão legislativa, o senador Freitas Neto (PFL-PI) afirmou que o Parlamento “fecha o ano de 2001 com um saldo extremamente positivo, pois examinou um número recorde de proposições – 996 – e, mais importante, afirmou-se como Poder autônomo”.

Freitas também disse que a simples enumeração das matérias aprovadas não permite uma visão da importância das propostas examinadas. O senador entende que o mérito das atividades legislativas pode ser melhor avaliado quando se verifica a repercussão dos projetos aprovados na vida diária dos brasileiros.

– Entre as matérias que aprovamos, chamo a atenção para aquela que permitirá colocar em vigor, a partir de 1º de janeiro, a contribuição incidente sobre os combustíveis, possibilitando uma completa reordenação do processo de formação de preços do setor energético – ressaltou.

Ele também citou a gratuidade dos testes de DNA e a revisão da tabela do Imposto de Renda, “que trará alívio financeiro para vários milhões de contribuintes”, como exemplos significativos da repercussão das atividades do Congresso no dia-a-dia da população.

Freitas considerou um avanço o fato de que um crescente número de proposições aprovadas “teve origem parlamentar”.

Entretanto, notou o senador, esse desempenho não significa que os últimos 12 meses tenham sido tranquilos para o Congresso. Lembrou que três senadores renunciaram ao mandato. Isso, segundo ele, foi um processo “doloroso e desgastante, mas o Senado se impôs”.

Marina defende aprovação de projeto para área social

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade da aprovação de um orçamento social, delimitando gastos com educação, saúde, assistência social, geração de empregos, saneamento básico e lazer, sem que existam brechas para remanejamento desses recursos. Ela apresentou projeto nesse sentido, atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Para Marina, o atual modo de elaborar o Orçamento da União, como uma verdadeira caixa-preta que ninguém entende, leva os parlamentares a discutir o projeto de maneira genérica, sem definir “nome, endereço e telefone das despesas”, abrindo espaço para contingenciamento de rubricas e até remanejamento de verbas sem que o Congresso se aperceba.

A senadora afirmou que, num país como o Brasil – com 50 milhões de pobres, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas –, a luta não está no plano dos direitos sociais ou políticos, mas ainda no combate pelos direitos mais



“Orçamento que fosse sério deveria alocar R\$ 40 bilhões para combate à pobreza”, disse Marina

elementares do homem como abrigo, água potável e alimentação.

– Dizem não haver mais recursos do que os R\$ 4 bilhões do Fundo de Combate à Pobreza que o Congresso conseguiu aprovar, mas todos sabemos haver abundantes verbas públicas descendo pelo ralo, sendo desperdiçadas ou mal empregadas. Um orçamento da União, que fosse sério, deveria alocar R\$ 40 bilhões para o combate à pobreza e ao desemprego. Eu, e muitos outros, sonhamos com um futuro assim – afirmou.

Participação dos senadores é destacada por Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a participação de todos os senadores na reunião que aprovou, na madrugada de ontem, a proposta orçamentária da União para 2002, na Comissão Mista de Orçamento.

Para ele, além do esforço e do empenho demonstrados pelos senadores, “que interromperam seus planos e vieram votar”, a aprovação do Orçamento “sinaliza para a estabilidade da nossa economia, diferenciando-a da Argentina” perante as instituições financeiras internacionais.

Romero Jucá também registrou a importância da emenda constitucional, promulgada recentemente, que trata da importação de petróleo e da regulamentação da Contribuição sobre o Domínio Econômico. O senador assinalou que o exercício da livre



Jucá também se reportou à importância da emenda constitucional sobre petróleo

concorrência mediante a compra de gasolina por um preço mais barato favorecerá a população brasileira.

– É preciso lembrar que o Senado trabalhou para isso – afirmou Jucá, que solicitou a transcrição, nos Anais da Casa, de matéria da jornalista Silvana de Freitas, publicada no caderno Folha Dinheiro, da *Folha de S. Paulo* do dia 21 de dezembro, com o título “Preço da gasolina cai até 20% em janeiro”.

Gilvam elogia FHC pela "condução séria" do governo

O Brasil tem crescido e registrado avanços importantes nos últimos anos para sua inserção no mundo globalizado. A opinião é do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que creditou as melhorias observadas no país à administração do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— O presidente, apesar das críticas e do desgaste inerentes ao cargo, tem conduzido o país de forma séria. As exigências do mundo globalizado pedem reformas estruturais que foram feitas e que precisam continuar. Fernando Henrique merece nossas congratulações pelo trabalho que tem desenvolvido pelo país e pelo povo brasileiro — afirmou Gilvam.

Para complementar essas transformações, o senador pediu que o Congresso e o governo promovam, urgentemente, as reformas política e tributária, e reconheceu que, na área social, "as dificuldades são enormes, principalmente na segurança pública, na saúde, na habitação e na situação dos servidores públicos". Ele observou que o maior investimento a ser feito no país é na educação.

— Acredito na revolução feita pelo homem, pelas idéias e pela formação do caráter. Portanto, a educação precisa ser o carro-chefe e a prioridade na área social, para que possamos investir maciçamente na geração futura, para que tenhamos homens qualificados tanto na agricultura, no comércio, na indústria, como na política — disse o senador, destacando o trabalho do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que "implementou programas ousados".

Gilvam também destacou o empenho do Congresso em 2001, quando, apesar das dificuldades, "deu uma prova de que está com os seus assentamentos democráticos consolidados".

— Nunca houve momentos de tamanha exposição e ligação com a sociedade brasileira como no episódio de disputa pela Mesa do Senado Federal, que culminou com a renúncia de três senadores, um ano depois de outro já haver sido afastado pelo voto. Os poderes constituídos têm se equilibrado da melhor maneira possível — declarou.

Lúdio destaca contribuição do setor agrícola ao país

Mesmo sem subsídios e sem infra-estrutura adequada, afirma senador, agricultura apresentou forte crescimento em 2001

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) destacou em discurso ontem o papel que a agricultura desempenhou nos últimos anos, contribuindo para a economia brasileira. Segundo ele, os agricultores passaram por sérias dificuldades no processo de estabilização da moeda e controle da inflação, mas, finalmente, o setor apresentou forte crescimento em 2001.

Lúdio registrou que, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, a agricultura brasileira não recebe subsídios do governo federal e não dispõe

de infra-estrutura ideal para escoamento da produção e para a redução de seus custos. Ainda assim, disse, é o setor primário que mais oferece empregos à população, compreendendo o trabalho no campo, na fabricação de adubos e máquinas, nas oficinas, na transformação, no empacotamento, na armazenagem e na venda de produtos agrícolas.



Lúdio Coelho pede ao Congresso Nacional empenho para votar a reforma política no próximo ano

— Mesmo praticada a milhares de quilômetros dos portos onde se embarcam os produtos para o exterior, sem transporte hidroviário, com a inexistência quase completa de ferrovias e com rodovias em condições precárias, conseguimos produzir e concorrer com o mundo mais avançado, prestando contribuição enorme à geração de renda e

partidos, como acontece nas democracias mais consolidadas. Não podemos aguardar mais por esse amadurecimento, indispensável para a boa qualidade da administração pública, que precisa aprimorar o seu desempenho em todos os poderes — disse, fazendo um apelo à população para que escolha cuidadosamente os candidatos que vai eleger em 2002.

Inflação, juros e desemprego preocupam Ricardo Santos

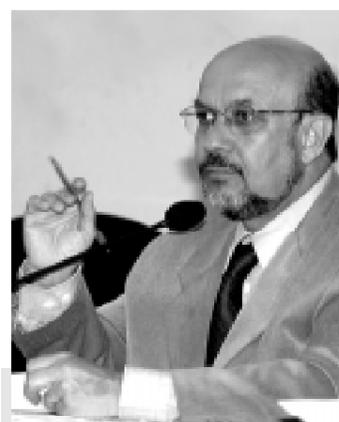
O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que a equipe econômica deve estar atenta a alguns indicadores para a condução da economia no ano que entra, de modo a permitir uma avaliação correta do crescimento do PIB. Santos citou a elevação da taxa de inflação em outubro e novembro, a taxa de juros de 19%, que se mantém há seis meses no mesmo patamar e é considerada bastante elevada, e a taxa de 6% de desemprego, sem qualquer evolução favorável, como os indicadores preocupantes na condução econômica.

Segundo a maioria dos analistas, o crescimento do PIB para 2002 será de cerca de 2,5%. Para o senador, essa projeção carrega elevada dose de insegurança, em razão das incertezas envolvidas nos

cálculos, por decorrência da conjuntura mundial e das fragilidades internas. Ricardo Santos lembrou que a projeção de crescimento do PIB em 2001 era de 4,5%, mas não deverá passar de 2%.

Garantir taxas mais elevadas de crescimento conforme essas projeções depende da capacidade política no âmbito das relações internacionais e na construção de uma agenda que fortaleça os fundamentos da economia, frisou o senador. De acordo com ele, o Brasil deve trabalhar junto à Organização Mundial do Comércio no sentido de eliminar as restrições que pesam sobre o comércio internacional.

Já no campo interno, disse o senador, o crescimento da economia dependeria do controle das contas públicas; do estabelecimento de



Santos: equipe econômica deve estar atenta para avaliação correta do crescimento do PIB

uma política industrial; do crescimento contínuo das exportações; da continuidade da política setorializada de substituição competitiva das importações nas áreas de telecomunicações e informática; da redução das taxas de juros; e da expansão do crédito, dentre outros fatores.



Luiz Otávio acredita que o país está pronto para a retomada do crescimento no próximo ano

Luiz Otávio vê cenário favorável para 2002

Em pronunciamento sobre a virada do ano, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) afirmou ontem, em Plenário, que o Brasil conseguiu superar seus principais problemas e está pronto para a retomada do crescimento. Ele apresentou ainda seus votos de rápida recuperação econômica para a Argentina, que tem enfrentado uma grave crise social e política.

— Vamos começar o ano de 2002 com superávit na balança de pagamentos superior ao acertado com o Fundo Monetário Internacional, as contas em dia, estabilidade da moeda, inflação controlada e o retorno dos investimentos — avaliou Luiz Otávio.

Ainda que o país não tenha alcançado os objetivos previstos para 2001, afirmou o senador, não houve crise nas instituições. Ao contrário, observou, a Argentina tem sido cenário de cenas de violência e de saques a supermercados. "Nós não conseguimos tudo que queríamos, mas os nossos vizinhos enfrentam uma situação de caos e não sabem nem como estarão na manhã seguinte", comparou.

Luiz Otávio registrou ainda a criação, no Pará, da Fundação Desembargador Paulo Frota, que vai desenvolver um trabalho social junto a crianças e adolescentes no estado. Frota faleceu há poucos dias e, de acordo com o senador, ajudou seu estado a tornar-se referência nacional na recuperação de menores.

Requião defende apoio do Brasil à Argentina e fortalecimento do Mercosul

Para o senador, uma vez superada a atual crise, com a solidariedade brasileira, os dois países poderiam atuar unidos nas negociações internacionais de comércio

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem, em Plenário, o apoio do Brasil à Argentina, que atravessa período de crise econômica, e o fortalecimento do Mercosul, grupo econômico que une os dois países ao Uruguai e ao Paraguai. Ele ainda criticou os subsídios concedidos à agricultura pelos Estados Unidos e pela União Européia e apontou o multilateralismo como melhor opção para a política externa brasileira.

Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Requião afirmou que o Brasil neste momento deve ajudar a Argentina a sair da situação difícil em que se encontra. Uma vez superada a atual crise, com a solidariedade brasileira, previu, os dois países poderiam atuar unidos nas negociações internacionais de comércio.

— A crise da Argentina leva à certeza de que o nosso caminho é o Mercosul. Em vez de concentrar tropas na fronteira, como no passado, temos de buscar um mercado aberto, em que possamos trocar vagas nas universidades e nossos empresários possam tran-



Roberto Requião adverte que o Brasil não terá facilidade para colocar seus produtos nos Estados Unidos e na Europa

sitar sem dificuldades de fronteira — sustentou Requião.

O senador condenou a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso de reiterar, durante reunião de cúpula do Mercosul em Montevideu, o apoio à criação em 2005 da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele recordou que, dias antes, Fernando Henrique havia criticado a decisão da Câmara de Deputados norte-americana de excluir da negociação da Alca produtos nos quais o Brasil seria mais competitivo.

Requião lamentou que o Sena-

do não tenha sido tão ágil como a Câmara dos Deputados brasileira, que aprovou moção pedindo afastamento do Brasil das negociações para a criação da Alca. Ele recordou ter apresentado proposta com o mesmo teor, juntamente com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em aparte, Suplicy informou que o requerimento será apreciado em fevereiro pela Comissão de Relações Exteriores e que o governo norte-americano já recebeu cópia da decisão dos deputados brasileiros.

Ao recordar sua participação

em encontro de parlamentares brasileiros e europeus em Estrasburgo, na França, Requião elogiou a disposição dos anfitriões para o diálogo com o Mercosul, mas advertiu que os europeus não têm a menor intenção de abrir suas economias para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais do Brasil. Com o ingresso da Polônia na União Européia, observou, haverá excesso de oferta desses produtos no continente europeu.

O senador lamentou que a Europa e os Estados Unidos mantenham altos subsídios à agricultura. Ele recordou que a soja brasileira tem produtividade 40% superior à dos EUA, que garantem a seus produtores US\$ 3 bilhões anuais em subsídios. Na França, lembrou ainda, cada vaca leiteira representa subsídios de US\$ 2.500 anuais. Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou não ver disposição desses países para a redução dos subsídios.

Requião advertiu que o Brasil não terá facilidade para colocar seus produtos nos Estados Unidos e na Europa. Por isso, defendeu maior ênfase do país nas negociações multilaterais de comércio.



Eduardo Suplicy observa que a lei "envolve um risco muito grande"

Suplicy sugere mudar lei sobre abate de aviões

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao governo que reavalie lei aprovada pelo Congresso Nacional que permite o abate de aviões não identificados pela Força Aérea Brasileira. Já sancionada pelo presidente da República, a lei ainda não foi regulamentada.

O senador advertiu para o risco de se derrubarem aviões por engano, como aconteceu recentemente no Peru. Nesse caso, recordou, abateu-se um avião que transportava um pastor e sua família — e não traficantes, como supunham as autoridades peruanas.

Segundo o parlamentar, a lei foi aprovada pelo Congresso quando ainda não havia começado a montagem do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). Agora que os radares já estão sendo instalados por toda a região, sugeriu, seria mais fácil detectar a rota do avião suspeito e descobrir o seu local de pouso. Dessa forma, as autoridades brasileiras não precisariam abater a aeronave.

— Essa lei envolve um risco muito grande — afirmou Suplicy.

Ele citou entrevista concedida pelo general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, para justificar a necessidade de uma mudança na lei. Na entrevista citada pelo senador, Cardoso admitiu que o abate de um avião "não deixa de ser uma pena de morte".

Alencar: adesão à Alca deve ser negociada de forma soberana

O senador José Alencar (PL-MG) disse ontem, em discurso no Plenário, que o Brasil não deve descartar, em princípio, sua participação na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas sequer deve pensar naquele bloco antes de resolver dois problemas cruciais para seus setores de produção: custos altos de transporte e embarque de mercadorias e juros inviavelmente elevados para qualquer atividade produtiva.

Segundo Alencar, o Brasil deve enfrentar sem medo as negociações para ingresso na Alca, mas, antes, precisa se assegurar de que irá negociar bem e de maneira soberana. "Não serão os detentores de diplomas de doutorado que poderão fazer isso. Ph.Ds somente servem para colocar as questões no papel. Para negociar bem, o governo brasileiro precisa chamar os especialistas de cada setor, aqueles que conhecem o Brasil real e seus



Para Alencar, antes de pensar na Alca é preciso resolver os custos de transportes e juros

interesses práticos", afirmou.

Alencar argumentou que o Brasil precisa aprender com os Estados Unidos. Os norte-americanos, observou, impõem sobretaxas ao suco de laranja brasileiro, de modo a proteger os laranjais da Flórida, e aos aços especiais, para defender "outros laranjais", sem fazer mistério nem segredo

sobre sua política.

De acordo com o senador por Minas Gerais, o Brasil não pode negociar abrindo seus mercados e permitindo que os dos Estados Unidos permaneçam fechados. "Vamos negociar soberanamente, exigindo tratamento de igual para igual, sem medo de defender nossos interesses. Os norte-americanos dominarão a Alca apenas se nós o permitirmos", assegurou.

Alencar afirmou que o Brasil é competitivo em produtos agropecuários, siderurgia, têxteis e calçados. "É claro que não podemos competir com os Estados Unidos no setor de informática. Com Bill Gates não dá para vencer, nem o Japão consegue", comentou.

O senador comparou a posição do Brasil em relação ao Mercosul com a situação dos Estados Unidos no que diz respeito à Alca. "Nós não sufocamos o Paraguai nem o Uruguai, países muito menores, sem

medo de negociar conosco no Mercosul. Na Alca, não vamos permitir que os Estados Unidos nos sufocem com sua hegemonia militar e poder econômico. Vamos aprender a negociar bem", concluiu.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que os Estados Unidos são imbatíveis na política de preservar seus mercados. "Precisamos fazer como eles, sem escancarar portas e janelas aos produtos estrangeiros, sem continuar a vender toneladas de produtos primários pelo mesmo preço que compramos alguns gramas de produtos de alto valor agregado."

Também em aparte, o senador José Coelho (PFL-PE) afirmou que o Brasil não pode continuar a se dar ao luxo de usar o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário ou fluvial. "Na Europa, mercadoria é transportada por trem e através dos rios. É assim que se faz", frisou.

Bezerra propõe estatuto com direitos do enfermo

Projeto assegura a paciente direito de obter todas as informações sobre sua doença e garante sigilo do diagnóstico e tratamento

Instituir uma norma básica que estabeleça os direitos essenciais do enfermo é o objetivo do projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que será apreciado inicialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde será remetido para exame, em caráter terminativo, para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador propõe o Estatuto do Enfermo, partindo do entendimento de que "são verdadeiramente pré-históricos os mecanismos de relacionamento social do homem contemporâneo". Em consequência,

o doente deve ser protegido, como já previa o Código de Hammurabi, rei da Babilônia, há 5 mil anos.

O direito de tomar conhecimento de informações completas sobre sua doença e de ter socorro imediato por meio de tratamento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o direito do enfermo à total preservação do sigilo (para terceiros) dos seus diagnósticos e tratamentos, mesmo quando revelados em forma codificada, destacam-se entre algumas das determinações contidas nos 33 artigos do Estatuto do Enfermo.

Como fatores de controle do



O direito de o doente receber socorro imediato por meio de tratamento gratuito pelo Sistema Único de Saúde é também previsto no projeto, que fixa sanções para as infrações

cumprimento das determinações do estatuto, o senador observa que, além do poder público, será preciso a participação do próprio paciente e dos seus familiares. Ele alertou para o fato de que livro de autoria do dr. Christian Gauderer, intitulado *Os Direitos do Paciente*, tem alertado os enfermos e diversas associações de vigilância sobre os erros médicos.

— A Associação das Vítimas de Erros Médicos contabilizou recentemente cerca de 300 processos em três anos de atuação. Nesse contexto, o próprio governo, por meio da Portaria nº 772/94, instituiu a Ouvidoria do Ministério da Saúde — ressalta Carlos Bezerra.

No capítulo referente às punições, o projeto determina que as infrações ao estatuto deverão ser punidas sem prejuízo de outras responsabilidades cíveis ou criminais. Com relação às infrações cometidas isoladamente por profissionais de saúde, esses deverão ser punidos segundo os dispositivos contidos nos respectivos códigos de ética profissional.

O projeto de Carlos Bezerra estabelece ainda que, no caso de as infrações serem cometidas por instituições de prestação de serviço de saúde, as punições serão as determinadas no Código de Defesa do Consumidor e na Lei de Vigilância Sanitária.

Mozarildo registra encontro em Roraima sobre educação científica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a importância da III Semana de Estudos e Debates em Iniciação à Educação Científica, por buscar novas concepções empregadas na construção dos conhecimentos, visando ao desenvolvimento e à vivência das diferentes formas científicas de abordagem dos problemas. O evento ocorreu entre os dias 13 e 23 de novembro, em Boa Vista (RR).

Segundo o senador, o encontro

reuniu lideranças educacionais e científicas, professores, pesquisadores e acadêmicos das diversas áreas do conhecimento, que puderam compartilhar suas produções científicas, tecnológicas e educacionais.

Na ocasião, disse ele, também foram realizados o II Seminário Internacional de Educação da América Latina e Caribe, a XII Feira Internacional de Ciências e Tecnologia Juvenil e a X Feira Nacio-

nal de Ciências do Brasil. Esses eventos, acrescentou, reuniram estudantes e professores do Brasil, de outros países da América Latina, do Caribe e da Europa.

Mozarildo Cavalcanti cumprimentou o governo de Roraima, por intermédio do Centro de Ciências do estado, pela iniciativa "de coordenar a realização de evento de tamanha abrangência e significado para a educação dos nossos jovens".

Gilvam sugere medida de apoio às mulheres

Por acreditar que as mulheres são responsáveis pelo processo educacional de todos os cidadãos, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu ao governo federal a criação de um programa especial que beneficie as mulheres a partir dos 13 anos de idade. Chamado por ele de "Bolsa-Mulher", o programa, segundo o senador, teria como finalidade custear os estudos das mulheres de forma a capacitá-las para educar seus filhos e ampliar "a sua capacidade extraordinária de lidar com problemas variados".

— Quero dizer a todas as mulheres do país que acredito no seu potencial. São as mulheres que começam a dar os primeiros ensinamentos a seus filhos. Como são a base da sociedade, por intermédio delas podemos começar a implementar a grande transformação de que a sociedade necessita. Por isso, o país precisa investir na sua educação. Afinal, são as mulheres que mandam — declarou Gilvam, pedindo que o presidente Fernando Henrique "pense seriamente" em sua proposta.

O senador também se solidarizou com as pessoas "desesperançadas, que passam fome, os enfermos, que ocupam um leito nos hospitais, pelo país afora". Essa mensagem, segundo ele, foi moti-



Criação de um programa denominado "Bolsa-Mulher" é a proposta de Gilvam Borges

vada por um bilhete, entregue a ele por sua mãe no Natal, de um garoto que foi atingido por uma bala perdida em Macapá, solicitando uma cadeira de rodas. O senador informou que atendeu o pedido e que o episódio revela a "situação crítica de uma criança, como de tantas outras do país, sem perspectiva".

— Queria dizer que todos, a grande maioria dos homens no Congresso, são lideranças que se preocupam com a população — afirmou Gilvam Borges, desejando prosperidade, saúde e paciência no ano eleitoral aos colegas de Senado.

Gilvam registrou ainda a presença em Plenário do prefeito de Porto Grande (AP), que "está em Brasília para fazer uma peregrinação pelos ministérios, atrás de recursos para seu município".



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Projeto permite uso do FGTS na compra de carro

Iniciativa de Mozarildo Cavalcanti que será analisada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais faculta a trabalhador utilizar recursos para aquisição de veículo destinado a uso pessoal ou familiar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá examinar no próximo ano projeto de lei de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que permite ao trabalhador utilizar-se de recursos da sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de veículo automotor destinado a uso pessoal ou familiar. O projeto deverá ser apreciado em caráter terminativo.

O FGTS, segundo prevê o projeto de lei, não poderá ser utilizado na aquisição de veículos utilitários, praticistas, de transporte coletivo de passageiros ou de cargas. Para que possa utili-

zar os recursos para a compra de automóvel, o trabalhador já terá de possuir casa própria, uma forma de garantir que o dinheiro seja prioritariamente destinado à habitação.

Segundo prevê o projeto, o veículo adquirido com recursos do FGTS não poderá ser vendido ou negociado por um prazo mínimo de cinco anos, a fim de evitar que o trabalhador adquira um veículo somente para ter acesso aos recursos do fundo. Também não poderão ser adquiridos com recursos do fundo veículos com mais de três anos de uso.

Ao justificar sua proposta, Mo-



Mozarildo Cavalcanti lembra que quase sempre os trabalhadores moram nas periferias dos grandes centros, longe dos locais de trabalho e lazer

zarildo Cavalcanti disse que a maior parte da população brasileira, de baixa renda, apesar de ter acesso à casa própria, pode não ter a possibilidade de adquirir um veículo automotor para o seu transporte e o de sua família.

“Quase sempre esses cidadãos moram nas periferias ou em bairros afastados dos grandes centros onde geralmente se situam seu local de trabalho, locais de lazer e mesmo hospitais e centros de saúde, pois sabemos que, infelizmente, nosso país ainda não atingiu o nível de abrangência que tanto desejamos para esses serviços”, argumentou o senador.

BNDES contribui para a superação da crise energética, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está dando uma contribuição significativa para a superação da crise energética. O banco, acrescentou, está contribuindo para que as lições deste tempo de restrições sejam aprendidas e bem empregadas no futuro.

— Não será porque teremos mais oferta de energia elétrica que poderemos voltar a gastar irresponsavelmente. O estímulo a ações no sentido de otimização do uso e de conservação de energia elétrica haverá de continuar — disse o senador.

Para Romero Jucá, o BNDES está comprometido com a superação do quadro de carência na produção de energia elétrica, tanto que apresenta uma série de programas especiais para apoio financei-



Jucá: mesmo com mais oferta de energia não será possível “voltar a gastar irresponsavelmente”

ro e investimentos em energia. No total, acrescentou, são seis programas específicos e mais três modalidades de crédito automático para investimento em eficiência energética.

Um dos programas que merecem destaque, na opinião do se-

nador, é o de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico, que visa estimular a implantação, no prazo mais curto possível, de projetos de expansão da capacidade instalada no país, apoiando investimentos em geração de energia por meio de usinas hidrelétricas, termelétricas e de co-geração, além de investimentos para aumentar a capacidade de transmissão.

— O papel de uma instituição de Estado em organização institucional moderna é o de apoiar e estimular a livre iniciativa e investir nos setores socialmente significativos. O governo federal não está de braços cruzados diante da crise, tomando somente medidas paliativas — existe mesmo ação, no sentido de resolver os problemas de baixa oferta de energia, e o BNDES é um dos principais agentes encarregados dessa ação — avaliou.

Senador destaca avanços na atividade da Aneel

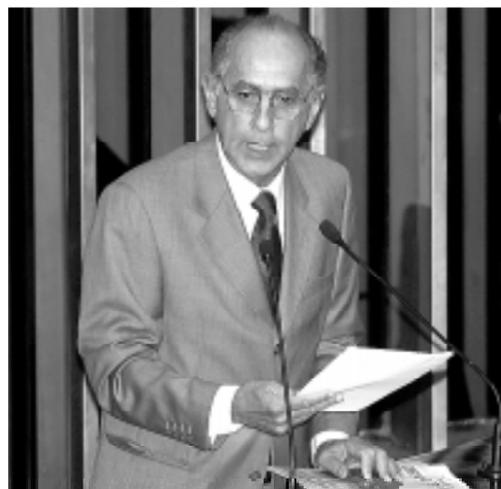
A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) procurou, ao longo do ano passado, impulsionar a conservação e a oferta de energia elétrica, introduzindo avanços no monitoramento dos serviços prestados, disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao comentar relatório da empresa sobre suas atividades. Segundo Jucá, a empresa procurou normatizar o funcionamento do mercado e consolidar

as regras de proteção e defesa dos consumidores.

O senador informou que o consumidor foi beneficiado também com a inauguração da Central de Teletendimento, destinada a receber solicitações e reclamações. De acordo com Jucá, a Aneel exerceu com rigor sua função fiscalizatória, emitindo 523 termos de notificação, 686 determinações e 695 recomendações, tendo detec-

tado 983 casos de atuação fora dos padrões estabelecidos. “Nos casos mais graves, aplicou multas no valor global de R\$ 24,5 milhões”, acrescentou.

De acordo com os dados analisados por Jucá, a Aneel deu prosseguimento à expansão das “rodovias elétricas”, licitando e contratando 5.236 quilômetros de linhas de transmissão, que envolveram recursos de R\$ 2,9 bilhões.



Na opinião de Mauro Miranda, a sociedade rejeita o uso de mandatos como “escudo para atos ilícitos”

Mauro considera restrição da imunidade parlamentar uma vitória da opinião pública

A aprovação da emenda que restringe o instituto da imunidade parlamentar significou, na opinião do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), uma vitória da opinião pública, que se colocava contra o uso de mandatos no Legislativo como “escudo para atos ilícitos”. A decisão do Congresso, avaliou o senador, resgatou a tradição histórica da democracia de restringir a imunidade às opiniões, palavras e votos do legislador.

— O grito das ruas finalmente conscientizou as lideranças políticas da absoluta urgência de dar um basta à impunidade na política — afirmou o senador. Mauro Miranda defendeu o dispositivo da emenda que permite a suspensão do

processo contra parlamentar caso haja o entendimento, da Câmara ou do Senado, de que o processo é movido por razões políticas.

— A brutalidade e a injustiça, que por vezes ainda contaminam o jogo eleitoral brasileiro, desrespeitando a expressão da própria vontade popular, encontram um freio adequado, sempre que a maioria reúna elementos de convicção suficientes para julgar que a denúncia teve mera motivação política — disse o senador, elogiando o trabalho do relator da proposta, José Fogaça (PPS-RS), e a iniciativa de Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS), primeiros parlamentares a proporem as alterações.

Tuma defende avaliação permanente de policiais

Para senador, não adianta apenas comprar armas e viaturas. É preciso também promover a reciclagem e o estímulo aos agentes de segurança

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs ontem, em discurso no Plenário, que a sociedade brasileira repense o seu sistema de segurança, ao lamentar a crescente participação de policiais em organizações criminosas e alertou para a necessidade de uma rápida reavaliação do setor.



Romeu Tuma lamentou crescente participação de policiais em organizações criminosas

— Estamos diante de uma encruzilhada e o nosso caminho precisa ser modificado. Ou adotamos rapidamente o caminho certo ou a nossa sociedade não poderá viver em paz — disse Tuma, que recordou sua participação nos debates das comissões parlamentares de inquérito responsáveis pelas investiga-

ções do crescimento do narcotráfico e do roubo de cargas no país.

Ele reconheceu que as deficiências salariais e a falta de assistência do poder público aos policiais podem explicar em parte a ligação de alguns desses profissionais com o crime. Mas advertiu

que o problema só se resolverá com a adoção de uma avaliação permanente do comportamento dos policiais. “Não adianta somente comprar armas e viaturas, sem promover a reciclagem e o estímulo permanente dos profissionais”, afirmou.

Romeu Tuma destacou a atuação dos senadores durante a votação na madrugada de ontem, pela Comissão Mista de Orçamento, dos destaques ao projeto de Lei Orçamentária da União para 2002. “O Senado respondeu à altura”, disse. Ele elogiou ainda os funcionários da Casa, pelo suporte que prestaram aos senadores durante todo o ano de 2001. Na presidência dos trabalhos, o senador José Alencar (PL-MG) associou-se à homenagem.

Carlos Wilson propõe punição rigorosa para violência doméstica

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar em 2002 proposta do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que tipifica os crimes de violência doméstica e fixa penas mais rigorosas para quem os pratica. Com base em estudos e estatísticas, o senador destaca que milhares de casos de violência ocorrem dentro dos lares, especialmente contra a mulher. Por isso, ele acredita que a legislação precisa de mecanismos que possam ajudar a prevenir esses delitos.

— Não podemos continuar a considerar a família acima de qualquer suspeita, se não quisermos aumentar a estatística dos crimes em família. Precisamos proteger a residência familiar, que se tem tornado um ambiente violento devido à vulnerabilidade de mulheres, crianças, idosos e incapazes — afirma o senador.

De acordo com a proposta, que tramita na comissão em caráter terminativo, perseguir, intimidar ou menosprezar integrante ou ex-integrante da família pela limitação do acesso a alimentos e a bens comuns, por vigilância constante, proibição de contato com filhos ou

dano ao patrimônio passam a ser crimes, sujeitos a detenção de um a quatro anos.

O projeto também prevê que constringer um membro da família em situação fragilizada para que venda ou transfira seus bens é crime, punível com pena de reclusão de dois a seis anos. Além disso, a proposta estabelece que delitos contra a mulher, crianças, idosos, pessoas doentes ou incapazes física ou mentalmente devem ter a pena aumentada em 50%.

— A violência no âmbito familiar é silenciosa, não se limitando à violência física, nem aos ilícitos penais já existentes, mas estende-se a uma violência psicológica, marcada por impicância, má vontade e irritação. O direito penal deve cumprir sua função simbólica, enviando a mensagem à sociedade de que ditas condutas são delitos e que não devem ser toleradas — justifica Carlos Wilson.

A proposta do senador define como integrantes da família as pessoas com vínculos de parentesco civil até o quarto grau, cônjuges, companheiros ou outras pessoas



Projeto de Carlos Wilson fixa até quatro anos de detenção para esse tipo de delito

que vivam sob os cuidados de um dos membros da família. O projeto contém ainda dispositivos para que qualquer pessoa possa denunciar

Senador sugere medida para preservar privacidade

Também se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para deliberação em caráter terminativo, no próximo ano, outro projeto de lei de autoria do senador Carlos Wilson que pune com detenção de seis meses a um ano quem tornar público fato da intimidade e da vida privada das pessoas sem a devida autorização.

O projeto fundamenta-se no

Edison Lobão quer limite para multas de trânsito

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pretende limitar as multas de trânsito ao valor máximo de 180 Ufirs e revogar o fator multiplicador previsto para infrações mais graves no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). As medidas constam



Para Lobão, multas com alto valor podem comprometer aplicabilidade do código

de projeto de lei de sua autoria que tramita, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Código de Trânsito estabeleceu multas entre 50 e 180 Ufirs, de acordo com a gravidade da falta cometida. Para as faltas consideradas gravíssimas, previu-se a possibilidade de uso de um multiplicador sobre a multa original. Dessa forma, o valor das multas sobe para no míni-

mo o triplo e no máximo o quádruplo da quantia inicial. A multa pode, então, chegar a quase R\$ 1 mil em situações como a de um motorista que dirigir sob a influência de álcool em concentração superior ao limite fixado em lei.

Ao justificar sua proposta, Edison Lobão adverte que, se o tratamento rigoroso das infrações contribuiu para o combate à violência no trânsito, por outro lado a inadimplência que atinge o pagamento de multas revelaria excessos da atual legislação.

Caso a situação permaneça como está, adverte o senador, a aplicabilidade do código poderá ficar comprometida.

casos de violência doméstica ao Ministério Público, requerendo da Justiça medidas para preservar a integridade da vítima.

— É preciso ensinar às mulheres, pessoas menores, idosas, enfermas ou incapazes que a violência não pode ser um fato normal em sua vida. O agressor também deve ser conscientizado de que as pessoas de sua família não são objeto de uso e abuso — argumenta o senador, que manifesta preocupação especial com as mulheres.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citada pelo senador, 63% das vítimas de agressão física do-

méstica são mulheres. Em outra pesquisa citada por Carlos Wilson, em 2 mil casos de maus-tratos e espancamentos registrados em delegacias de São Paulo no segundo semestre de 1985, em 70% das denúncias, a violência contra mulheres ocorria dentro de casa e a maioria entre casais que estavam juntos entre três e nove anos.

— A violência no interior da família constitui um problema que as pessoas, ao entenderem suas características e gravidade, podem intervir para evitar ou deter. Qualquer pessoa pode e deve ajudar alguém na situação de grave violência familiar — afirma Wilson.

reparação por uso indevido da imagem das pessoas, mas nada existe no sentido de garantir a intimidade e a vida privada dos cidadãos.

O senador argumenta que a aprovação do projeto de sua iniciativa possibilitará a atuação efetiva do Estado no sentido de garantir um dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro — explicou.